

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.294 - MG (2019/0301950-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : CAETANO MOREIRA BARBOSA  
**ADVOGADOS** : LUIZ CARLOS SANTOS OLIVEIRA - MG031175  
RAFAEL FRANCISCO DE OLIVEIRA - MG081275  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o réu foi condenado como incurso nas sanções do artigo 89 da Lei 8.666/93 à pena de 04 (quatro) anos e 11 (onze) meses de detenção, em regime semiaberto, além do pagamento de multa no importe de 5% sobre o valor referente ao prejuízo.

Irresignada a parte e interposto recurso, restou este parcialmente provido por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 515):

*PENAL - ARTIGO 89 DA LEI 8.666/93 - PRELIMINARES - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INÉPCIA DA DENÚNCIA - REJEIÇÃO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - REVISÃO DA PENA - NECESSIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não há que se falar em ausência de justa causa ou inépcia da denúncia quando existem indícios probatórios da prática de conduta delituosa e a inicial acusatória descreve o fato típico, individualiza a conduta e a dinâmica dos fatos. 2. Não há que se falar em absolvição quando devidamente comprovadas autoria e materialidade dos fatos. 3. Necessária se mostra a revisão do quantum de pena estabelecido em primeiro grau quando realizado de maneira desarrazoada. 4. Recurso Parcialmente Provido.*

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega art. 89, da Lei n. 8.666/93.

Sustenta a inocorrência do dolo específico em causar dano ao erário,

pleiteando a absolvição.

Contrarrazões às fls. 565/573.

Admitido o recurso (fls. 575/578), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 590):

*RESP. PENAL. DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (ART. 89 DA LEI 8.666/93). AUSÊNCIA DE DOLO. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ.*

*- Parecer pelo não conhecimento do recurso especial.*

É o relatório. Decido.

Não merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente pleiteia, em suma, a absolvição sob a tese de que inexistente a comprovação de dolo específico de lesão ao erário.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem destacou (e-STJ, fl. 524):

*A finalidade primeva do procedimento licitatório é garantir a impessoalidade e a moralidade nos contratos públicos, objetivo que não se alcança quando a contratação ocorre de forma direta sem obedecer as formalidades legais como no presente caso, aonde restou-se devidamente comprovado o dolo do agente.*

*Assim sendo, necessário se mostra a manutenção da condenação do réu, não havendo que se falar em pleito absolutório.*

Com efeito, a instância primeva, soberana na análise fático-probatória da demanda, entendeu presentes os elementos aptos a caracterizar a existência de dolo por parte do réu e, rever o referido posicionamento esbarra diretamente no óbice da Súmula n. 7/STJ, aplicável por ambas as alíneas autorizadoras, ante o necessário reexame fático-probatório da lide.

Neste sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI OU MEDIANTE INOBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES PERTINENTES (ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993). VIOLAÇÃO DO ART. 115 DO CP. PLEITO DE CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL PELA METADE.*

*IMPOSSIBILIDADE. RÉU QUE CONTAVA COM MENOS DE 70 ANOS NA DATA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR E DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 568/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE DOLO ESPECÍFICO E DE DANO AO ERÁRIO. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO QUE TANGENCIA A ANÁLISE DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.*

*(...)*

*2. No que se refere à suposta violação do art. 89 da Lei n. 8.666/1993, é certo que a pretensão deduzida (absolvição) encontra óbice na Súmula 7 STJ, pois se a Corte de origem firmou existir prova de dano ao erário e de dolo específico na conduta do recorrente, é certo que, para entender de modo distinto, seria imprescindível o reexame de provas, providência vedada na via especial.*

*3. Agravo regimental improvido.*

*(AgInt no AREsp 962.026/PB, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2016, DJe 21/11/2016)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator